



Número: **0800973-63.2019.8.18.0135**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única da Comarca de São João do Piauí**

Última distribuição : **19/08/2019**

Valor da causa: **R\$ 11.818,50**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

| Partes | | Procurador/Terceiro vinculado | |
|--|--------------------|---|---------|
| JOSE JEFERSON GOMES DE SOUSA (AUTOR) | | IVO RAFAEL SENA BATISTA REIS (ADVOGADO) | |
| REGINA GOMES RODRIGUES (AUTOR) | | IVO RAFAEL SENA BATISTA REIS (ADVOGADO) | |
| SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (RÉU) | | | |
| Documentos | | | |
| Id. | Data da Assinatura | Documento | Tipo |
| 6018069 | 19/08/2019 12:55 | Inicial. Jeferson | Petição |



**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA
COMARCA DE SÃO JOÃO DO PIAUÍ**

JOSÉ JEFERSON GOMES DE SOUSA, brasileiro, menor impúbere, inscrito no CPF: 099.989.943-06, residente e domiciliado na Localidade Lizie, 120 zona rural, São João do Piauí, neste ato representado por sua genitora REGINA GOMES RODRIGUES, brasileira, inscrita no CPF: 002.172.423-75, residente e domiciliada na Localidade Lizie, zona rural de São João do Piauí, vem, com o devido respeito, perante Vossa Excelência, por meio de seu procurador, propor

**AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT C/C PEDIDO DE
LIMINAR DE PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVA PERICIAL E
JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE**

em face da **Seguradora líder dos consórcios do Seguro DPVAT S.A.**, pessoa jurídica de direito privado regularmente conveniada à Superintendência de Seguros privados — SUSEP, inscrita no CNP) 09.248.608/0001-04, sediada na Rua Senador Dantas, nº74, 5º andar, Bairro centro, Rio de Janeiro — RJ, 20.0312-05, tendo em conta os motivos fáticos e jurídicos que seguem.

I- DA GRATUIDADE DO ACESSO À JUSTIÇA

O autor é pessoa de poucos recursos, **família de baixa renda** - **participante do programa -Bolsa Família. (doc. anexo)**, encontrando-se, atualmente desempregado.

REIS ADVOCACIA

Rua Francisco Ferreira de Carvalho, centro, São João do Piauí-PI
(89)99404-10077 / (86) 99903-9326





Portanto é pessoa de baixa renda, cuja renda gira em até pouco mais de um salário mínimo e eventuais bicos e ajuda de familiares.

Portanto, a parte autora não têm condições de arcar com as custas processuais iniciais de ingresso sem prejuízo de seu sustento e de sua família.

Nosso novo código de processo civil em seu artigo 98 e s.s, sobre o tema, assim disciplina que:

Art. 98. A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei.

Art. 99. O pedido de gratuidade da justiça pode ser formulado na petição inicial, na contestação, na petição para ingresso de terceiro no processo ou em recurso.

§ 3º Presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural.

Assim para o deferimento da assistência judiciária, nos termos do § 3º do artigo 99 da lei nº13.105/15, basta a afirmação de que não possui condições de arcar com as custas e honorários advocatícios sem prejuízo próprio ou de sua família.

Desta forma o que se conclui é que as pessoas físicas possuem presunção de veracidade de suas alegações de insuficiência de recursos, devendo *in casu*, ser deferido os benefícios da Justiça Gratuita ao Requerente.

Segundo a lei basta o simples requerimento na própria petição inicial e a qualquer momento no processo, para ver deferida a concessão do benefício.

REIS ADVOCACIA

Rua Francisco Ferreira de Carvalho, centro, São João do Piauí-PI
(89)99404-10077 / (86) 99903-9326





O § 2º do artigo 99 do NCPC possui o seguinte enunciado, in verbis:

§2º **O juiz SOMENTE** poderá indeferir **se houver nos autos** elementos que evidenciem a falta de pressupostos legais para a concessão de gratuidade, devendo, antes de indeferir, determinar à parte a comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos.

Veja Excelência, que o parágrafo do texto legal, transcrito acima, é cristalino de que ao magistrado SOMENTE é permitido indeferir o pedido de gratuidade da justiça **se houver nos autos elementos que evidencie a falta de pressupostos legais** para a concessão da gratuidade.

Devendo, por raciocínio, caso o magistrado resolva indeferir tal benefício, indicar tais elementos contido nos autos, sem que ao fazê-lo crie obstáculos à Garantia Constitucional do Livre Acesso dos cidadãos à Justiça.

Portanto, desde já, pela plausibilidade do Direito em comento, requer-se a Vossa Excelência a concessão da Justiça Gratuita aos autores por fazerem os mesmos *jus* a aludida pretensão entre outras.

II- DOS FATOS

Excelência sem muitas delongas, como se afere das documentações anexas, o autor sofrera acidente automobilístico no dia **18/02/2019** (*boletim de ocorrência anexo*)

REIS ADVOCACIA

Rua Francisco Ferreira de Carvalho, centro, São João do Piauí-PI
(89)99404-10077 / (86) 99903-9326





Em decorrência de tal acidente o autor sofreu grave lesão (fraturas do membro inferior) tendo que ser submetido a diversas cirurgias ortopédicas, **resultando em uma flagrante lesão permanente**.

Pelo ocorrido o autor solicitara o pedido de indenização (SEGURO DPVAT). Ocorre que, grande fora a surpresa do mesmo quando recebera a informação de que sua lesão teria sido avaliada como leve, rendendo ao mesmo somente a importância de **R\$ 1.687,50 (doc. anexa)**

Entende a parte autora fazer jus ao valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), sendo portanto **devido a COMPLEMENTAÇÃO** no importe de **R\$ 11.818,50 (onze mil oitocentos e dezoito reais e cinquenta centavos)**.

Por estes fatos devidamente comprovados o autor busca amparo neste *d. Juízo*.

III- DO DIREITO

O art. 3º da lei nº. 6.194/74, estabelece que os danos pessoais cobertos pelo seguro DPVAT compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementar, conforme se vê abaixo:

Art. 3º - Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art, 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

ii) R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) no caso de morte;

ii) - **até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;**

REIS ADVOCACIA

Rua Francisco Ferreira de Carvalho, centro, São João do Piauí-PI
(89)99404-10077 / (86) 99903-9326





iii)- até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima, no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

Os documentos anexados nesta exordial provam de forma inequívoca que houve o acidente de trânsito, bem como o nexo de causalidade entre o fato ocorrido e o dano dele decorrente, fazendo jus a parte autora ao recebimento do seguro obrigatório, nos termos do art. 5º da Lei nº 6.194/74, que assim dispõe:

Art. 52, O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

Compulsando a documentação acostada a inicial, não resta dúvida que o requerente faz jus a indenização, como se pode inferir da redação do artigo 3º, inciso II da Lei nº. 6.194/74.

Cabe aludir que, se considera invalidez a perda ou redução da funcionalidade de um membro ou órgão.

Essa perda ou redução é indenizada pelo Seguro DPVAT quando resulta de um acidente causado por veículo e é permanente, ou seja, quando a recuperação ou reabilitação da área afetada é dada como inviável. A invalidez é considerada permanentemente quando a funcionalidade do órgão ou membro é afetada integralmente ou em parte.

Assim, instruído de todos os documentos hábeis à sua pretensão, têm o requerente direito à indenização.

É dever da Seguradora Ré, cumprir com o determinado pelo artigo 373 do NCPC, que diz que incumbe ao Réu o ônus da prova, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.

a) Da Inversão do Ônus da Prova

REIS ADVOCACIA

Rua Francisco Ferreira de Carvalho, centro, São João do Piauí-PI
(89)99404-10077 / (86) 99903-9326





Embora o autor já instrua a presente Ação com as provas técnicas necessárias para a comprovação de sua incapacidade permanente, tais como: laudos médicos, a legislação pátria assegura ao mesmo o direito à inversão do ônus probatório.

Quanto à inversão do ônus da prova, as características do direito indicam, por si só, que o requerente, interessado por evidente no deslinde da questão, deve ser considerado como parte hipossuficiente. Nesse sentido há entendimentos:

“(...) a hipossuficiência, que vem exigida pela lei como um dos requisitos alternativos para inversão do ônus probatório, pode dar-se no tocante à dificuldade técnica do consumidor em desincumbir-se do ônus de provar os fatos constitutivos de seu direito” (RT 775/275).

Ademais, o Novo CPC ampliou essa inversão para qualquer hipótese em que houver dificuldade na construção probatória, tratando da carga dinâmica da prova.

Em hipóteses tais, nos termos do mesmo preceito, Vossa Excelência deverá dar à parte a oportunidade de se desincumbir do ônus que lhe foi atribuído.

Aliás, o princípio da carga dinâmica das provas foi expressamente admitido pelo vigente Código de Processo Civil, o que se infere do 8º do art. 373:

§1º Nos casos previstos em lei ou diante de peculiaridades da causa relacionadas à impossibilidade ou à excessiva dificuldade de cumprir o encargo nos termos do caput ou à maior facilidade de obtenção da prova do fato contrário, poderá o juiz atribuir o ônus da prova de modo diverso, desde que o faça por decisão fundamentada, caso em que deverá dar à parte a oportunidade de se desincumbir do ônus que lhe foi atribuído.

REIS ADVOCACIA

Rua Francisco Ferreira de Carvalho, centro, São João do Piauí-PI
(89)99404-10077 / (86) 99903-9326





Desta forma, requer Excelência, a aplicação do artigo 373, parágrafo 1º de acordo como o Novo Código de Processo Civil, bem como a empresa a vinculação ao pagamento das possíveis despesas periciais.

b. Da Tutela Provisória De Urgência De Natureza Antecipada - Da Produção Antecipada De Prova

A presente demanda funda-se em uma ação de cobrança, fundada em um **ato ilícito afetando o Autor**, fato inequívoco e devidamente comprovado em razão da regular notificação.

Dessa maneira, requer o autor, que se digne Vossa Excelência de antecipar a tutela pretendida com fundamento no artigo 300 do Código de Processo Civil, **no sentido de produzir PROVA PERICIAL antecipada no autor, por perito do Juízo**, fundado no receio de prejuízo pela demora da realização da mesma, evitando maiores danos que certamente serão de difícil reparação, pois o *status quo* que afere a gravidade da lesão vai se alterando dia a dia.

A necessidade de antecipação da tutela pretendida (aplicação antecipada da prova pericial e o ressarcimento de todos danos causados) é medida que se impõe.

A demora na produção antecipada de prova pericial e o ressarcimento dos danos pretendida representará, o agravamento dos esclarecimentos do pagamento dos valores corretos, dificultando assim, os motivos de indícios para provar o efetivo dano causado pela ré.

Demonstrados, portanto, o periculum in mora e a prova inequívoca, mister se faz a tutela antecipada de urgência com supedâneo nos artigos 294 e seguintes e 300 do Código de Processo Civil.

Seja de maneira, inaudita altera pars, nos termos dos artigos 294 e seguintes e 300, do Código de Processo Civil.

REIS ADVOCACIA

Rua Francisco Ferreira de Carvalho, centro, São João do Piauí-PI
(89)99404-10077 / (86) 99903-9326





Ao contrário, visto que não se busca antecipar um resultado que modifique o estado de direitos das partes, **mas sim antecipar um ato inerente ao próprio processo** e que, nesta exata medida, **invariavelmente ocorrerá**, seja agora, sem prejuízo para o autor, a ré e a demanda, ou depois, também sem prejuízo para a ré e a demanda. Trazendo assim, esclarecimento para auferir os danos causados.

Além de a antecipação que ora se colima não espelhar qualquer prejuízo para a ré ou para o deslinde da presente medida judicial, na senda oposta, o fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação caso a produção antecipada de prova pericial não seja concedida é ainda mais nítido.

Sendo assim, na eventualidade de não ser atendido de imediato o pedido do autor no que tange à antecipação de tutela de urgência, **requer seja o mesmo pedido reavaliado após a resposta da ré**, A TÍTULO DE TUTELA ANTECIPADA, quando não restará qualquer dúvida quanto à sua responsabilidade, concedendo assim o instituto da tutela antecipada.

VI — DO JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE

Desta forma, conforme os entendimentos dos tribunais no sentido de que é imperativa o pagamento da indenização pela Seguradora, sendo o objeto já pacificado pelos tribunais.

Por conseguinte, a desnecessidade de produção de qualquer prova, notadamente quando se leva em consideração quando a constatação da invalidez recaiu sobre o autor, ratificada mediante as provas em anexo, entre elas **laudos médicos** expedidos por médicos especialistas da área.

Nesta razão, não cabe discutir acerca do grau de invalidez, vista possuir laudos e receitas que prove a invalidez permanente do autor.

REIS ADVOCACIA

Rua Francisco Ferreira de Carvalho, centro, São João do Piauí-PI
(89)99404-10077 / (86) 99903-9326





Portanto, conforme o artigo 355, inciso II do NCPC requer o JULGAMENTO ANTECIPADO DO MÉRITO, é imperativa a aplicação da norma prevista.

VII- DOS PEDIDOS

Pelo exposto, requer que Vossa Excelência digne-se;

1. A conceder os benefícios da **Justiça Gratuita** ao autor por medida de Direito que se impõe;
2. Que seja concedida a **MEDIDA LIMINAR** “INAUDITA ALTERA PARTS”, nos termos dos artigos 294 e seguintes e 300, do Código de Processo Civil, que seja reavido todos os direitos ao requerente, em razão do receio de difícil reparação, requer o autor que se digne Vossa Excelência de conceder a tutela antecipada de urgência **nomeando Médico perito, as custas da ré, para a realização imediata da prova pericial no Autor, respondendo, concomitantemente, os QUESITOS anexos**, para aferição da real situação do autor.
3. A citação da SEGURADORA LIDER DPVAT S. A., para que querendo manifeste-se, contestando ou propondo acordo.
4. A **condenação da Requerida AO PAGAMENTO DO SEGURO DPVAT a parte Autora**, conforme previsto pela Lei nº 6.194/73, corrigidos pelo IGP-M desde a data do Indeferimento administrativo e juros de 1% ao mês desde a citação;
5. Que julgue a presente ação **TOTALMENTE PROCEDENTE**, reconhecendo o direito a complementação da indenização, no valor de R\$ **R\$ 11.818,50**

REIS ADVOCACIA

Rua Francisco Ferreira de Carvalho, centro, São João do Piauí-PI
(89)99404-10077 / (86) 99903-9326





(onze mil oitocentos e dezoito reais e cinquenta centavos), e determine que a seguradora pague tal indenização referente ao SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT com juros a partir da citação, e CORREÇÃO MONETÁRIA com o índice INPC;

6. Desta feita, que seja invertido o ônus da prova, aplicando-se, no entanto, o artigo 373, parágrafo 1º de acordo como o Novo Código de Processo Civil, bem como a empresa a vinculação ao pagamento das possíveis despesas periciais, requer a inversão do ônus probante, para que a Requerida apresente documentos relativos a lide;
7. A condenação da Requerida em custas e Honorários Advocatícios em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação;

Protesta por todos os meios de prova em direito admitidos.

Dá-se à presente causa o valor R\$ 11.818,50 (onze mil oitocentos e dezoito reais e cinquenta centavos).

São João do Piauí 19 de agosto de 2019

Nestes termos,
Pede deferimento.

IVO RAFAEL SENA BATISTA REIS
OAB/PI: 14.295

REIS ADVOCACIA

Rua Francisco Ferreira de Carvalho, centro, São João do Piauí-PI
(89)99404-10077 / (86) 99903-9326





QUESITOS

1. Há algum membro/ órgão do autor danificado (a)? Qual?
2. A vítima foi submetida a tratamento médico capaz de minimizar o dano?
3. A vítima é acometida de invalidez permanente? A vítima está incapacitada para o desempenho de toda e qualquer profissão?
4. Restando configurada a invalidez permanente, esta se configura como total ou parcial?
5. Em sendo constatada a invalidez permanente parcial, está é completa ou incompleta?
6. Em sendo incompleta, qual a repercussão dos danos (intensa 75%), média (50%), leve (25%) ou sequelas residuais (10 %)?

REIS ADVOCACIA

Rua Francisco Ferreira de Carvalho, centro, São João do Piauí-PI
(89)99404-10077 / (86) 99903-9326

